

A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus

IANA DOS SANTOS VASCONCELOS

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil
ianavasconcelos@yahoo.com.br

SANDRO MARTINS ALMEIDA-SANTOS

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil
sandroalmeida@ufam.edu.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp94-104

resumo O artigo aborda os desafios colocados ao serviço de acolhimento de migrantes venezuelanos/as na cidade de Manaus, capital do Amazonas, no contexto da pandemia de COVID-19. Descrevemos brevemente sobre a presença desses migrantes na cidade, focando em uma ocupação que ganhou corpo no entorno da rodoviária. Trazemos também a resposta governamental, por meio de intervenção militar, que resulta no reordenamento do espaço. O intuito é problematizar os limites da resposta estatal e a acentuação das vulnerabilidades destes migrantes com a chegada do novo coronavírus (SARS-CoV-2), uma vez que o projeto executado não visava o afastamento social nem contemplava as condições de higiene pessoal preconizadas pelas autoridades sanitárias para a prevenção da doença. Os dados apresentados procedem de pesquisa de campo intermitente realizada desde agosto/2017 a maio/2020. Ao final, comentamos resumidamente como as condições de pesquisa, tal qual a vida dos/as interlocutores/as, foram impactadas pelas medidas de prevenção à pandemia.

palavras-chave Migração venezuelana. Acolhimento. Manaus. Pandemia

The Venezuelan *oleada*: immigrant reception and pandemic in Manaus

abstract The article addresses the challenges posed to Venezuelan immigrants' reception services in the city of Manaus, capital of Amazonas, in the context of the *Covid-19* pandemic. We briefly describe the presence of these migrants in the city, focusing on an "occupation" that took shape around the bus station. We also bring the governmental response, through military intervention, which resulted in the reorganization of the space. The main goal is to problematize the limits of the state response and the increasing vulnerabilities of these migrants with the arrival of the *new coronavirus* (SARS-CoV-2). The

project carried out did not aimed at social distancing or contemplated the personal hygiene conditions recommended by the health authorities for disease prevention. The data presented comes from intermittent field research carried out from August/2017 to May/2020. In the end, we briefly comment how the research conditions, just like the lives of the interlocutors, were impacted by the pandemic prevention measures.

keywords Venezuelan migration. Immigrant reception. Manaus. Pandemic

La oleada venezolana: Recepción de migrantes y la pandemia en Manaus

resumen En el artículo se abordan los retos que se plantean a la recepción de migrantes venezolanos en la ciudad de Manaus, capital del Amazonas, en el contexto de la pandemia del Covid-19. Describimos brevemente la presencia de estos migrantes en la ciudad, centrándonos en una región alrededor de la estación de autobuses. También traemos la respuesta del gobierno, a través de la intervención militar, que resulta en el reordenamiento del espacio. La intención es reflexionar sobre los límites de la respuesta estatal y la acentuación de las vulnerabilidades de estos migrantes con la llegada del nuevo coronavirus (SARS-CoV-2), ya que el proyecto ejecutado no tenía como objetivo el repliegue social ni contemplaba las condiciones de higiene personal recomendadas por las autoridades sanitarias para la prevención de la enfermedad. Los datos presentados provienen de investigaciones de campo intermitentes realizadas entre agosto/2017 y mayo/2020. Al final, comentamos brevemente cómo las condiciones de la investigación, al igual que la vida de los interlocutores, se vieron afectadas por las medidas de prevención de la pandemia.

palabras-claves Migración venezolana. Recepción de inmigrantes. Manaus. Pandemia.

Introdução

Manaus, capital do Amazonas, é uma cidade de grandes proporções; diluídos entre os mais de 2 milhões de habitantes, os/as venezuelanos demoraram a ganhar alguma visibilidade enquanto população vulnerável. O primeiro fluxo venezuelano a chamar atenção das autoridades e da sociedade manauara foram os indígenas Warao, no final de 2016, ocupando os arredores da rodoviária e pedindo dinheiro em esquinas movimentadas. Os primeiros esforços governamentais estiveram voltados para atender famílias indígenas. Em 2018, dois episódios marcam uma mudança de foco, tornando os/as venezuelanos/as não indígenas mais “visíveis”: (I) o programa de “interiorização” do governo federal, realizado no âmbito da Operação Acolhida, que enviou algumas centenas de pessoas para abrigos em Manaus no primeiro semestre de 2018¹; e (II) uma “interiorização espontânea” de outras

¹ A Operação Acolhida, coordenada pela Força-Tarefa Logística Humanitária do Exército Brasileiro, é um desdobramento das ações do Comitê Federal de Assistência Emergencial aos migrantes venezuelanos, implantado em fevereiro de 2018. Envolve 16 órgãos federais e agências da ONU. Está sustentada em três pilares: ordenamento de fronteira (documentação, triagem sanitária e auxílio emergencial), abrigamento (dormitório, alimentação e atenção à saúde) e interiorização (transferência para outras cidades).

centenas de pessoas que ocuparam os arredores da rodoviária, como fizeram os indígenas num primeiro momento.

A ocupação dos arredores do terminal rodoviário representou um marco de visibilidade da migração venezuelana na capital amazonense e, conseqüentemente, para a resposta governamental. Em 2018, o local tornou-se constante alvo de intervenções de assistência social. Embora houvesse abrigos na cidade, o acampamento a cada dia ganhava maiores proporções. Em junho/2019 a *oleada venezuelana*, como a ocupação era denominada pelas lideranças do movimento, sofreu uma ação de “reordenamento” sob o comando militar da Operação Acolhida. Derrubaram-se barracas improvisadas, limpou-se o local e implementou-se uma estrutura temporária de pernoite. As regras proibiam aglomerações nas redondezas e forçavam os/as venezuelanos/as a sair cedo pela manhã, perambular pela cidade durante o dia, e retornar ao final da tarde para dormir. A alimentação dependia da existência de doações, pois não havia verbas destinadas a essa rubrica.

Com a confirmação dos primeiros casos de COVID-19 em março/2020, as condições de circulação pela cidade, estadia nos locais de abrigo/pernoite e doações de alimento, sofreram agudas transformações. Manaus foi uma das cidades mais atingidas no início da pandemia no país, com mais de 1800 óbitos confirmados até o dia 10 de julho/2020 (FVS, 2020). Como medidas sanitárias, o Governo Estadual e a Prefeitura editaram uma série de ordenanças restringindo serviços públicos, comércio, indústria e meios de transporte durante os meses de março, abril e maio/2020². Ainda que o índice de adesão à quarentena tenha sido baixo (GOOGLE, 2020), as mudanças foram suficientes para agravar as já precárias condições de subsistência dos/as venezuelanos/as que viviam majoritariamente de trabalhos informais e prestação esporádica de serviços (a chamada “diária”).

O artigo está organizado no sentido de apresentar a *oleada venezuelana*, em seguida discutir o processo de reordenamento da rodoviária e, por fim, refletir sobre as transformações provocadas pelo contexto de pandemia. Trata-se, eminentemente, de um relato sem pretensões teóricas. Contudo, são trazidas à baila questões como a construção de uma perspectiva de igualdade entre os migrantes, o paradoxo militarização/humanitarismo, a problemática da reclusão de minorias e a compaixão despertada pelo risco de adoecimento do corpo. Questões que impactam, também, a vida e o trabalho dos/as pesquisadores/as.

A oleada venezuelana

Para os/as venezuelanos/as, a expressão *oleada* significa o deslocamento de um grupo de pessoas em um lapso de tempo determinado. Algo equiparado em português a uma onda. No caso da ocupação no entorno da rodoviária, a *oleada* era definida pela constante chegada e saída de pessoas. Entre idas e vindas da Venezuela, a chegada de novos parentes, a falta de

² Decretos do Governo do Estado do Amazonas: 42.061 de 16/03; 42.063 de 17/03; 42.087 de 19/03; 42.100 de 23/03; 42.101 de 23/03; 42.158 de 04/04. Portaria 0338/2020 de 16/03 da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Decretos da Prefeitura de Manaus: 4.785 de 23/03; 4.789 de 24/03. **A partir de junho/2020, iniciou-se flexibilização gradual.**

vagas nos abrigos institucionais, descontinuidade de políticas governamentais de abrigo e a própria discordância em relação às regras impostas nos abrigos, centenas de migrantes optaram por acampar ali.

O terminal rodoviário está situado no encontro de três importantes avenidas, uma região de tráfego intenso. Embora a principal forma de transporte para o interior do Amazonas seja fluvial, a rodoviária despacha linhas de ônibus para municípios da Região Metropolitana de Manaus e interior do estado, além de rotas interestaduais para Rondônia e Roraima, e internacionais para Caracas, capital da Venezuela. O espaço físico do terminal é pequeno. A estrutura conta com poucos assentos e serviços, sendo o acesso aos banheiros pago.

Nas proximidades da rodoviária está localizado o viaduto de Flores, embaixo do qual, entre canteiros que dividem as avenidas, se concentravam as barracas e moradias improvisadas. Em meados de 2018, quase todos os canteiros embaixo do viaduto já estavam tomados por barracas. Crianças, mulheres grávidas e idosos se arriscavam em travessias perigosas entre as vias de grande fluxo que interligam os canteiros à rodoviária. A estética do local era marcada por moradias improvisadas geralmente revestidas com lonas, madeiras recicladas, colchas de tecido, com varais suspensos e fogareiros ao ar livre.

As justificativas dos/as migrantes para permanência no local eram inúmeras: ausência de recursos financeiros ou vínculos sociais; falta de orientação espacial sobre a cidade; necessidade de envio de remessas à Venezuela por ônibus; vinculação aos trabalhos temporários e precários; e, sobretudo, uma percepção negativa e resistência às condições e regras impostas pelas políticas de abrigo institucional. A *oleada venezuelana* se apresentava como uma alternativa de resistência, ao mesmo tempo em que se conformava enquanto estratégia de autogestão de suas vulnerabilidades.

A convivência entre “iguais” na *oleada venezuelana* produzia sensação de camaradagem e correspondia ao desejo de estar em “casa”. Unidos pelas necessidades materiais, apesar das diferentes origens socioeconômicas, a *oleada* constituiu-se um certo espírito comunitário. Pode-se dizer que os integrantes da *oleada* se encontraram sob “um mesmo ponto de vista” (FAUSTO; COSTA, 2013). Seja nas práticas compartilhadas como a divisão de doações, cozinha comunitária, comensalidade, jogos e trocas de informações; seja pelo simbolismo de viver uma “pequena” Venezuela.

O reordenamento da rodoviária

Em junho/2019, iniciaram-se as atividades da Operação Acolhida em Manaus. O principal objetivo era potencializar a interiorização de venezuelanos/as para o resto do país, utilizando o aeroporto como *hub* para facilitar a logística. A primeira medida, no entanto, foi a higienização social da *oleada venezuelana*, ação denominada pelos militares como “reordenamento do entorno da rodoviária”. Começaram por reformar um prédio público na lateral do terminal, empregando mão-de-obra voluntária dos/as migrantes. Ali foram criados espaços de recepção, lavanderia, banheiros, guarda-volumes, refeitório,

fornecimento de água potável, o escritório da Operação e uma sala de atendimentos. Espaços visíveis aos motoristas que passavam nas avenidas foram demarcados, com placas bilíngues, como proibidos à permanência de pessoas.

A presença militar gerou, inicialmente, uma expectativa positiva nas lideranças da *oleada* de serem “*tomados en cuenta*”. Contudo, longe de gerar autonomia, as primeiras iniciativas da Operação tornaram os/as venezuelanos/as ainda mais dependentes das ações governamentais e das “ajudas humanitárias”. A gestão do espaço foi adaptada às diretrizes das agências internacionais vinculadas à ONU, tais como ACNUR, UNICEF, OIM, entre outras. A distribuição de doações, sobretudo alimentos, foi um dos aspectos que causou questionamentos. Antes organizada de forma comunitária, passou a ser realizada pelo crivo dos militares. As restrições de horários para distribuição, falta de local para cozinhar e o calendário imposto aos doadores faziam com que a comida não fosse suficiente para suprir a necessidade de todos/as.

Deve-se notar que a presença militar, no âmbito da ação humanitária, remete a uma tendência internacional, no pós-guerra fria, de descentralização do emprego das forças armadas (FFAA), com o incremento de serviços militares voltados para atividades civis, humanitárias, policiamento e desenvolvimento. O militarismo, enquanto prática cultural e ideologia, passa a permear diferentes domínios da vida social (LUTZ, 2002). No Brasil, verifica-se uma certa banalização desse recurso por meio de Decretos Presidenciais conhecidos como Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que autorizam a intervenção militar em questões como policiamento urbano, combate a queimadas na Amazônia e recepção de migrantes, como é o caso da Operação Acolhida. No Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1992, “com o emprego de GLO até para trocar *band aid*, o Exército é que tem se constituído em força auxiliar da Polícia” (MUNIZ; ALMEIDA, 2018, p. 1007).

Essa perspectiva de militarização das políticas públicas é reforçada pelas organizações internacionais que aprovam a inserção das FFAA brasileiras na gestão dos serviços de acolhimento. As FFAA são imbuídas de uma estrutura hierárquica rígida que pauta as relações de comando-obediência internas e condiciona as relações com o mundo civil, este último percebido com desconfiança (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997). A hierarquia militar aplicada às políticas públicas acaba por restringir os espaços de interlocução, minimizando o contraditório e mascarando os campos de tensões produzidos pelas críticas efetuadas por entidades religiosas e ONGs que participavam do processo de acolhida antes mesmo da chegada dos militares e das agências da ONU, como observado em Roraima (VASCONCELOS, 2020).

Ao final de agosto/2019, a *oleada* já estava extinta. Mais de quinhentas pessoas foram “dispersadas” das imediações da rodoviária e alojadas temporariamente na Arena da Amazônia (estádio da Copa do Mundo 2014) enquanto uma “área de pernoite” era estruturada. A retirada dos/as migrantes se iniciou do centro para as periferias do acampamento. A limpeza do local começou pela derrubada das moradias das lideranças da *oleada*, mais próximos à rodoviária. Cada canteiro demarcava um grupo de pessoas

denominados pelos militares de “ilhas”. Um dia após a retirada da primeira ilha, encontramos um dos fundadores da *oleada* na rodoviária e sua esposa. Com tristeza no semblante, descreveram que a ação dos militares foi “*autoritaria, irrespetuosa y truculenta*”.

As moradias improvisadas da *oleada* deram lugar a enormes tendas brancas tipo *overlay* que passaram a abrigar centenas de barracas de camping tipo iglu para até duas pessoas. Devido ao forte calor, havia opção de dormir fora das barracas em colchonetes que no dia seguinte seriam devolvidos. Os equipamentos não eram individualizados. Um mesmo colchonete ou barraca poderia ser utilizado por outra pessoa no dia seguinte. Os militares diziam higienizar todo o material. Mas, já naquele momento, muitos/as migrantes manifestavam preocupação com a saúde.

As tendas foram divididas por categorias: homens solteiros, mulheres solteiras e núcleos familiares. Por constituir um espaço de pernoite e não de abrigo, é exigido dos/as migrantes uma rotina disciplinada. A partir das 17 horas, soldados começam a distribuir barracas e colchonetes destinados ao pernoite. A partir dos primeiros raios de sol, às 6h, os hóspedes *overnight* devem entregar o material. O café da manhã é condicionado pela existência de doações. Quando há comida disponível, os responsáveis fazem a distribuição. Quando não há comida, as pessoas ficam à própria sorte.

De acordo com o então comandante da Operação Acolhida em Manaus, “a partir das 6h, eles devem entregar esse material e partir para seu local de trabalho” (AMAZONAS, 2019). O problema é que a maioria desses/as migrantes não possuíam vínculo empregatício regular. Isso significa que eram obrigados/as a passar o dia vagando pela cidade sob o sol forte ou chuvas torrenciais amazônicas, enquanto aguardavam o entardecer para receber as barracas. De acordo com o Major L., responsável pela coordenação da área de pernoite em dezembro/2019: “Fazemos isso como incentivo para buscarem um trabalho”.

Na percepção dos/as migrantes, com o “reordenamento”, as precariedades foram acentuadas em suas vidas. As práticas de higienização social desenvolvidas pela Operação Acolhida, apoiadas por agências internacionais, órgãos estaduais e municipais de direitos humanos e assistência social, nos remetem às ações de asilos de pobres promovidas no século XVI. Conforme Jacques Carré (2011, p.576), as municipalidades francesas confinavam os pobres em espaços cercados, onde eram obrigados a aprender um ofício, recebiam alimento de forma controlada e eram forçados a trabalhar, se fossem saudáveis, e eram tratados se fossem doentes. Não nos parece mera coincidência, mas sim duas releituras da mesma ideia: pobreza e mendicância são signos de insucesso social e devem ser retirados de vista. Na esteira de Didier Fassin (2014), pode-se dizer que as políticas humanitárias acabam por esconder intenções de securitização, produzindo exclusão e contenção da diferença.

A gestão das FFAA no denominado “reordenamento” de espaços urbanos em Manaus chama atenção para um processo de militarização da vida nacional e sua repercussão nas políticas migratórias no Brasil. Observa-se um duplo vínculo entre “compaixão e repressão” (FASSIN, 2014). Por um lado, diz-se acolher, e por outro, trata-se de policiar. O argumento humanitário de cuidar, regular, proteger os migrantes e garantir a segurança da

população nacional tem sido utilizado como justificativa e como gramática moral para reprimir e controlar os fluxos migratórios, como apontam as pesquisas de Bigo (2002), Fassin (2014), Dias (2014) e outros.

Aglomeración e compaixão em tempos de covid-19

Antes da pandemia, a saúde já era uma questão de preocupação por parte dos/as venezuelanos/as. Em maio/2020, as condições de higiene e afastamento entre as pessoas no alojamento de pernoite não favoreciam a prevenção contra a disseminação do vírus SARS-CoV-2. Barracas e colchonetes não eram individualizados. Além disso, estavam separados por poucos centímetros dentro das tendas *overlay*. Todos os dias migrantes recebiam colchonetes diferentes, utilizados por distintas pessoas. As instalações de banheiros e pias de higiene eram precárias e a quantidade não atendia a demanda. No mês de dezembro/2019, quando visitamos as instalações, voluntários/as venezuelanos/as organizavam fila dos banheiros e distribuíam pequenas porções de álcool em gel para limpeza das mãos, pois não havia água nas pias.

A crise econômica decorrente da quarentena provocou um aumento do número de pessoas que passaram a procurar a área de pernoite da rodoviária. Impossibilitados/as de exercer atividades de geração de renda, muitos/as migrantes ficaram sem recursos para custear seus alugueis. Mesmo acessando o auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal, voltaram a pressionar os serviços de abrigamento. Gestores/as pretendiam a realocação de migrantes para outras instalações provisórias como escolas e ginásios, mas isto não acontece sem inconvenientes, pois os prédios não são devidamente adaptados para receber essa gente.

No tocante aos riscos de contágio, vale refletir sobre a possibilidade de contaminação dos migrantes pelo próprio contingente militar. O comandante da Operação Acolhida, sediado em Boa Vista, assumiu um arriscado posicionamento em defesa da “imunização das tropas” (BARROS, 2020), sem levar em consideração a alta transmissibilidade do vírus (BEDFORD et ali, 2020). Foi elaborado um plano de contingenciamento, sem contemplar medidas preventivas de afastamento social, focado apenas em monitoramento e isolamento de casos sintomáticos (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2020). Além disso, substitui-se o contingente militar a cada três meses, mantendo assim uma circulação periódica de pessoas entre diferentes partes do Brasil.

Dentre as pessoas que utilizavam com frequência a área de pernoite, os casos suspeitos de contraírem o vírus eram isolados na chamada Área de Proteção, anexa ao PI-Trig (posto de interiorização e triagem) de Manaus. Um fator preocupante é a não publicidade das estatísticas específicas sobre venezuelanos/as infectados/as. Os dados disponibilizados pelo governo estadual não distinguem nacionalidade e aqueles coletados pela Operação Acolhida não estão amplamente divulgados.

As dificuldades econômicas motivaram venezuelanos/as a procurar caminhos de retorno à Venezuela na condição de repatriados/as. Algumas tentativas, contudo, foram

frustradas pelas medidas de supressão contra a pandemia. Com a fronteira Brasil/Venezuela fechada e a estrada Manaus/Boa Vista (BR174) interdita, os/as migrantes ficaram impedidos de retornar à Venezuela. Ouvimos relatos sobre pessoas que realizaram o percurso caminhando de Manaus a Boa Vista e de lá até a fronteira, na tentativa desesperada de retornar ao país natal. Vale dizer que centenas de venezuelanos/as chegaram a Manaus assim, a pé.

Sem poder voltar para a Venezuela e sem conseguir trabalhar no Brasil, os/as venezuelanos/as atendidos pela área de pernoite passavam o dia nas dependências da rodoviária. Se, antes do “reordenamento”, a circulação dos/as venezuelanos era livre pelos canteiros e barracas da *oleada*, mas limitada no interior da rodoviária onde sua presença era indesejada por funcionários das empresas de transporte e policiais. Durante a quarentena, com o fechamento do terminal de passageiros, o prédio público e suas imediações ficaram disponíveis para gastar o tempo até a hora de retornar para as barracas. De passagem pelo local no final de maio/2020, pudemos testemunhar um grupo de homens venezuelanos se divertindo jogando futebol no estacionamento, observados de longe por dois soldados que, talvez, gostariam de participar da “pelada”, mas não estavam autorizados.

Por fim, um aspecto que nos foi relatado como mudança positiva é o da alimentação. Antes da pandemia, durante pesquisa de campo, presenciamos algumas vezes crianças suplicando comida aos militares e visitantes: “*Yo tengo hambre*”. Na parede do refeitório existia um quadro de aviso com os dias da semana e a descrição das duas refeições diárias (café da manhã e jantar). Para alguns dias, era possível encontrar um X no lugar das refeições, significando que não haveria comida naquele dia/horário. A sensibilização pelo risco de adoecimento aumentou o montante de doações de alimentos, por parte de restaurantes e cadeias de *fast-food*, e em virtude de uma ação do Ministério Público do Trabalho que reverteu multas para aquisição de 15 mil refeições (MPT, 2020). Como bem observa Fassin (2005), a doença aciona uma espécie de “razão humanitária” em que o corpo em sofrimento estabelece um novo patamar de reconhecimento. A existência física e social do outro, em tempos de pandemia, foi legitimada pela “instituição de um protocolo compassivo ou baseado na compaixão” (FASSIN, 2005, p.392).

Considerações finais

Aterrissada a pandemia em Manaus no início de março/2020, as estratégias de pesquisa assumiram novos contornos. O distanciamento social provocou rupturas. A atualização dos dados sobre as condições de vida dos/as venezuelanos/as tornou-se um desafio. As restrições de acesso aos locais de abrigo, impostas pré-pandemia por organismos internacionais e militares à frente dos serviços de acolhimento, fizeram-se ainda maiores. Num curto período de tempo, perdemos contato com interlocutores/as e as relações mantidas passaram a ser mediadas por chamadas telefônicas, vídeos chamadas e troca de mensagens via mídias sociais.

O tema da reclusão de minorias ganha contornos ainda mais complexos em sua interface com a *covid-19*. Por um lado, medidas restritivas deixam as pessoas mais vulneráveis e dependentes da ajuda alheia. Por outro, o risco de adoecimento estimula a compaixão de agentes públicos e privados. A doença ignora classe social, ideologia política e religiosidade, despertando uma certa “razão humanitária”, um sentido de solidariedade perante o sofrimento do outro que, potencialmente, poderia ser o nosso sofrimento. Preocupações com a integridade física e a saúde de interlocutores/as reverberam em preocupações com a integridade física e a saúde dos/as pesquisadores/as.

A *observação participante*, tão cara à produção antropológica, transformou-se em *observação distanciada*. No caso específico da área de pernoite destinada aos migrantes venezuelanos/as em Manaus, as observações passaram a ser realizadas no estacionamento do terminal rodoviário, de dentro do carro. *Olhar* ofuscado pelas restrições sanitárias que produzem centralidade no *ouvir*, assumindo cotidianamente o desafio de apreender aspectos pertinentes à pesquisa, mas também de fortalecer vínculo e afeto entre pessoas em contexto de isolamento social.

Referências Bibliográficas

- AMAZONAS, Governo do Estado. (2019). *Operação Acolhida inicia atendimentos a refugiados venezuelanos em nova estrutura*. Publicado em 30/08/2019. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/08/operacao-acolhida-inicia-atendimentos-a-refugiados-venezuelanos-em-nova-estrutura/> (acesso em 11/07/2020).
- BARROS, Gen. Antônio Manoel de. 2020. *Mensagem da Op. Acolhida para seus integrantes – 18ABR20*. [Vídeo on-line]. Disponível em <https://youtu.be/PWr1a1iwn4> (acesso em 11/07/2020)
- BEDFORD, Juliet et al. (2020). COVID-19: towards controlling of a pandemic. *The Lancet*, 395, pp. 1015-1018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30673-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30673-5)
- BIGO, Didier. 2002. Security and Immigration: toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, vol.27, n.1, pp. 63–92.
- CARRÉ, Jacques. (2011). “Asilo dos pobres: Entre caridade e reclusão”. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, pp. 575-582.
- CASTRO, Celso. (2004). *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- DIAS, Guilherme Mansur. (2014). “Migração, segurança e governabilidade migratória: o papel dos organismos internacionais”. *Crítica y Emancipación*, v. 6, n. 11, pp. 557-580.
- FASSIN, Didier. (2005). “Le sens de la santé. Anthropologie des politiques de la vie”. In SAILLANT, F; GENEST, S. (orgs.). *Anthropologie médicale. Ancrages locaux, défis globaux*. Paris: Anthropos, pp. 383-399.

- FASSIN, Didier. (2014). “Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França”. *Ponto Urbe*, 15, São Paulo.
- FAUSTO, Carlos; COSTA, Luiz. (2013). “Feeding (and Eating): Reflections on Strathern’s ‘Eating (and Feeding)’”. *Cambridge Anthropology*, v. 31, n. 1, pp. 156-162.
- FVS – Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas. (2020). *Amazonas contabiliza 1.189 casos da Covid-19 nesta sexta-feira (10/07)*. Publicado em 10/07/2020. Disponível em: http://www.fvs.am.gov.br/noticias_view/4027 (acesso em 11/07/2020).
- GOOGLE. (2020). *COVID-19 Community Mobility Report*. Publicado em 25/05/2020. Disponível em: https://www.gstatic.com/covid19/mobility/2020-05-25_BR_Mobility_Report_en.pdf (acesso em 11/07/2020).
- LEIRNER, Piero. (1997). *Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV.
- LUTZ, Catherine. (2002). “Making war at home in the United States: militarization and the current crisis”. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, pp. 723-735.
- MPT – Ministério Público do Trabalho. (2020). *Coronavirus: MPT reverte multa para compra de 15 mil refeições para imigrantes venezuelanos alojados na Rodoviária de Manaus*. Publicado em 30/04/2020. Disponível em <http://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1598-coronavirus-mpt-reverte-multa-para-compra-de-15-mil-refeicoes-para-imigrantes-venezuelanos-alojados-na-rodoviaria-de-manaus> (acesso em 11/07/2020).
- MUNIZ, Jacqueline; ALMEIDA, Rosiane. (2018). “Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras entrevista com Jacqueline Muniz”. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 2, pp. 993-1014.
- OPERAÇÃO ACOLHIDA. (2020). *Plano Emergencial de Contingenciamento para Covid-19*. Atualizado em 09/05/2020. Boa Vista: Exército Brasileiro.
- VASCONCELOS, Iana dos Santos. 2020. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: MACHADO, Igor (org.). *Etnografias do refúgio no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, pp. 147-166.

sobre os autores

Iana dos Santos Vasconcelos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Antropologia Social - UFPE/UFRR (2013), graduada em ciências Sociais com habilitação em antropologia pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima- UFRR (2007). Atualmente pesquisadora do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar), Grupo de Estudos Interdisciplinar Sobre

Fronteiras (GEIFRON/UFRR) e Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA/UFAM). Bolsista FAPESP proc. nº 2016/ 14055-0.

Sandro Martins Almeida-Santos

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013) e Pós-Doutorado em Sociedade e Fronteiras na Universidade Federal de Roraima (2015-2017). Foi pesquisador vinculado ao Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2014). Atualmente é coordenador do projeto de pesquisa “Parentesco e mobilidade venezuelana no norte do Brasil”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), e vice-líder do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA). Dedicar-se ao estudo dos fluxos transnacionais de pessoas, conhecimentos e afetos.

Recebido em 31/05/2020
Aceito para publicação em 31/07/2020